



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 21/05/2012 às 18:15
Matr.: 47263

MPV 568

00225

11/05/2012

Medida Provisória 568/2012

autor

Deputada Erika Kokay – PT/DF

nº do prontuário

1 Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Art. 74. A Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social, em função do desempenho institucional e individual.

.....” (NR)

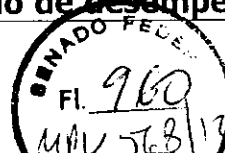
“Art. 15. Os integrantes da Carreira do Seguro Social que não se encontrem no efetivo exercício das atividades inerentes aos respectivos cargos no INSS, somente farão jus a GDASS nas seguintes hipóteses:

I - quando cedidos para a Presidência ou a Vice-Presidência da República, no valor equivalente a 100% (cem por cento) da parcela individual, aplicando-se a avaliação institucional do período;

II - quando em exercício no Ministério da Previdência Social e nos Conselhos integrantes de sua estrutura básica ou a eles vinculados, ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivessem em exercício no INSS;

III - quando cedidos para órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal que não os indicados nos incisos I e II do caput deste artigo, investidos em cargos em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes, perceberão a GDASS no valor equivalente à avaliação institucional do período;

IV - quando redistribuídos por força de lei para órgão da Administração Direta, calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivessem em exercício no INSS, com avaliação de desempenho aferida



68

pelo órgão de exercício."

Justificativa

Os servidores oriundos da extinta Secretaria da Receita Previdenciária - SRP e não pertencentes ao cargo de Auditor Fiscal da Previdência Social, foram redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB por força de lei, sem o devido enquadramento em carreira do órgão, passando a executar suas atribuições neste novo órgão, sucedâneo das SRP e SRF - Secretaria da Receita Federal. Esta redistribuição se deu pelo Art. 12 da Lei nº 11.457/2007, no qual foi estabelecida a garantia de equivalência de vencimentos, até que lei viesse a dispor sobre suas carreiras, cargos, remuneração, lotação e exercício.

Atualmente tais servidores estão incluídos no Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, que ao contrário do que dispõe o § 5º acima, não trata das carreiras, cargos, remuneração, lotação e exercício dos servidores redistribuídos, além de possuir condições remuneratórias significativamente inferiores àquelas estabelecidas para a Carreira do Seguro Social, carreira esta de regência dos servidores redistribuídos da SRP para a RFB. Resta, portanto, quebrado o acordo legal que se estabeleceu no ato da redistribuição (§5º do Art.12 da Lei 11.457/2007), sendo o texto original da Medida Provisória lesivo aos servidores redistribuídos cuja condição legal encontra-se sem uma perfeita definição.

Diante do quadro que se apresenta, é legítimo que se restaure a situação dos servidores redistribuídos pelo Art. 12 da Lei 11.457/2007, garantidas as verbas remuneratórias da carreira originária, mantidas as garantias estabelecidas por essa lei, como mostrado acima.

Isso posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

PARLAMENTAR

Enthelley

